

serviços Jurídicos

Dr. RÔMULO JOSÉ DE BARROS LINS
Rua 11, nº16- Conjunto Parque Tropical –
Parque 10.
(92) 3642-9264/ 99143-0769/ 98222-8688

GOMES E BICHARRA ADVOGADOS ASSOCIADOS
Rua Franco de Sá, 270, Ed. Amazon Trade Center, 1º andar, sala 110, São Francisco
(92) 3611-3911

Serviços de saúde

PLANO DE SAÚDE SUL AMÉRICA
R. Des. Clotário Portugal, Centro
(92) 8424-8894/8409-9417

CLÍNICA DR. BRÍGIDO TORRES
Rua Visc. de Porto Alegre, Pça 14 (92)
3234-2332/3622-6082

CLÍNICA MAG TERRA
Rua Ferreira Pena, Centro
(92) 3656-7447/3239-3834

Conslt. Psicologia KAITE PRADO & ISAAC OLIVEIRA
Travessa Baltazar, 05, Adrianópolis
98196-3939/98416-0123

PLANO AMIL SAÚDE E PLANO AMIL DENTAL
Rua Franco de Sá, 310-Edifício Atrium, 7º andar, sala 703- São Francisco
Contato: 98137-2694/ 98412-5201

PLANO ODONTOLÓGICO UNIODONTO
Av. Leonardo Malcher, 598- Centro
Contato: 2126-0630

Livraria

LIVRARIA LÍRAz
Rua Henrique Martins, Centro
(92) 2121-0200/0202

Mercados

SUPERMERCADO NOVA ERA
Av. Torquato Tapajós,
(92) 3090-5000

Drogarias

DROGARIA FARMABEM
(5% DESC em perfumaria e 12% medicamentos).
Rua Judith Mota, Parque 10. (92) 2123-3535 / 3216-5710

DROGARIA SANTO REMÉDIO
(a parti de 70% DESC.)
Rua Judith Mota, Parque 10.
(92) 3212-8000

DROGA MED e PLANO DE SAÚDE CRED-FÁCIL
Rua Tapajós, 688, Centro
3008-5455/3308-5443/98170-1230

DROGARIA SANTA PHARMA
Rua Leonardo Malcher, 1851, Centro
3342-0300/99132-1313

Serviços diversos

FUNERÁRIA CANAÃ
Boulevard Álvaro Maia, Praça 14 (92) 3231-2007-3231-1767

TUCUXI RÁDIO TAXI
(Limite de R\$ 400 p/desc consig)
(92) 2123-9090/0800- 9705050

LIVE ACADEMIA
Rua Mitiko, 397, Parque Dez
3307-9622

FUNERÁRIA PAX UNIÃO
Alameda Cosme Ferreira, 1512, Coroado
99372-9738/98227-1120

TIM SMART PLACE
Av. Cosme Ferreira, 4605 Shopping São José, Loja 9- Térreo. Tel: 3234-7907

KMV AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO - VIAJE BEM
(10% a 30% desc.)
(92) 8165-1611/ (31) 99594-6078

AGÊNCIA FLYWORLD VIAGENS MANAUS
Av. Ephigenio Sales, 2240. Apt 42, Torre Rhodes - Aleixo
(92) 98120-3443/ 99195-0085

Ensino & educação

CENTRO DE ENSINO NILTON LINS
(20% A 27% Desc.)
Av. Nilton Lins, P. das Laranjeiras
(92) 3083-3000/3643-2000

COLÉGIO N. Sª AUXILIADORA (15% desc.)
Rua Silva Ramos, Centro
(92) 2125-1375/2125-1357

CEPEDI - Centro de Estudo Dirigido
Rua Pedro Álvares Cabral, 292, D.Pedro I
3321-1222

FACULDADE MARTHA FALCÃO (15% desc.)
Rua Natal, 300, Adrianópolis
2121-0900

FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ
Cursos de Graduação Presenciais e EAD (40% desc.)
Constantino Nery, nº 3693- Chapada.
(92) 98418-8652

CENTRO EDUCACIONAL SANTA TERESINHA (15% desc.)
Av. Sete de Setembro, 2107-Centro.
(92) 2101-8901/ 2101-8902

ECOCURSOS - Cursos de Capacitação EAD (grátis).
(17) 3422-3725

Óticas

ÓTICA AVENIDA
(20% DESC em folha e 15% parc.)
Rua Barroso, Centro
(92) 3215- 4482/ 3215- 4452

ÓTICA LUPA
Rua Rui Barbosa, 121 – Centro
Atendimento em domicílio
(desc. 15% - 6x em folha; desc. 25% - a vista)
(92) 8194-3458
(92) 92516254

Línguas

WIZARD
(30% DESC) Unidade Centro (92) 3635-1828
Unidade C. Eliseos (92)3584-3867
Unidade Vieiralves (92) 3584-3264
Unidade Parque Dez (92) 3236-3674
Unidade Dom Pedro (92) 3238-4621
Unidade Cidade Nova (92) 3223-557

Revogação da EC 95 já!

Servidores não aceitam 'pagar' pela crise econômica do país. Diante dos constantes ataques do governo, federações, sindicatos e associações iniciaram um movimento de luta e enfrentamento para tentar revogar a medida de ajuste fiscal que congela, por 20 anos, os investimentos nos principais setores públicos.

Página 3

A parceria entre a direção do TRT11 e a direção do SitraAM/RR se mostra cada vez mais forte quando o assunto é a valorização dos servidores aposentados. Prova disso foi o grande sucesso do último café social promovido em homenagem à categoria

Página 9



Página 5

A convocatória da Fenajufe foi publicada no dia 19 de abril. Assim como nos anos anteriores, antes da Plenária Nacional, o Sitra-AM/RR convocará os associados dentro do prazo estipulado pela Federação para elegerem, em assembleia, o delegado e o observador que representarão a entidade no evento

NÃO É HORA DE ENCONTRAR CULPADOS HAVERÁ NOVAS PROPOSTAS DE REFORMAS QUE IRÃO SUFOCAR O SERVIDOR. É MOMENTO DE UNIÃO!

A sensação de que o fundo do poço está longe parece não ter fim na vida dos trabalhadores e do brasileiro de modo geral. Além de conviver com números da economia que não são confiáveis pela forma como o governo tem cortado verba dos institutos oficiais, e tem mudado fórmulas para se chegar aos números da inflação e dívida pública, a anunciada greve dos caminhoneiros mostrou ao país que a política econômica é uma farsa e que não pode ser verdade que não tenhamos correção inflacionária nos salários com reajustes diários no preço dos combustíveis, insumo que interfere em toda a cadeia econômica. Qual a maior preocupação (se é que pode haver ainda) para os servidores depois dessa tempestade? A verdade é que o governo não pretende tirar nada dos rentistas que exploram a economia nacional. Não vai mudar a fracassada política dos combustíveis que vende o petróleo bruto a preço de banana e compra combustível refinado à dólar. Não mostrou a mínima vontade de investir em capital tecnológico próprio para fugir da dependência da exportação e de investir em outros modais de transporte, como ferrovias e hidrovias. Com a PEC do Fim do Mundo engasgando investimento, de onde se vai tirar o dinheiro para pagar os rentistas que vendem diesel à dólar para o Brasil?

Claro, a primeira opção é sempre apelar para o tal do "gasto público", ou seja, para cima do servidor. Não duvidamos mais que a reforma da previdência vai voltar à pauta assim que acabar a eleição, que a ideia de congelamento dos salários dos servidores vai voltar com força total, e que na situação de caos do governo ilegítimo e sem credibilidade, vão entregar a estabilidade e o fim definitivo da Justiça do Trabalho.

Quem colocou Temer no governo já não é mais ponto central, a não ser em fóruns de análise política. O que temos que ter como ponto central é como podemos expulsá-lo de lá, junto com sua quadrilha de entreguistas e subservientes ao capital internacional e sua mão invisível. Para cumprir essa tarefa e minimamente pensarmos em manter o pouco que temos, precisamos de todos, contra e a favor, do golpe e do não golpe, de uma margem ou de outra do rio.

O importante agora é nos unirmos para enfrentar as reformas que serão propostas pelo governo assim que amornar o período eleitoral, e lutarmos também para revogar a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos (EC95/16), para o país voltar a investir e a roda da economia possa girar.

Se não deixarmos de lado as vaidades e o ódio insano e sem sentido semeado de forma constante nas redes sociais, que nos colocam como diferentes e inimigos, quando a festa passar, só restarão as migalhas da mesa para os servidores, se até lá muitos de nós ainda forem servidores.

Luis Claudio
Vice-Presidente do Sitra-AM/RR

O Informante é uma publicação mensal do SITRA-AM/RR dirigida aos seus associados na 11ª Região (AM/RR) - Rua Visconde de Porto Alegre, 1.012, Praça 14 de Janeiro. CEP: 69020-130. Telefone: (92) 3233-3449/3342-2167. Site: www.sitraam.org.br

Presidente: Edmilson Marinho de Araújo

Vice-Presidente: Luis Claudio dos Santos Corrêa

Secretário Geral: Douglas de Alencar Garavito

Diretoria de Administração, Finanças e Patrimônio: Ildefonso Rocha de Souza e Pio Agostinho Menezes Cordeiro

Diretoria de Imprensa, Comunicação e Cultura: Pedro Alves Prestes e Elilian Estella da Cruz Montibeller

Diretoria de Assuntos Sociais e Esportes: Osvaldo Henrique Rodrigues da Silva e : Juscelene Célia Matos Cavalcante

Diretoria de Formação Políticas, Sociais e Saúde Ocupacional: Marcus Vinicius de Lima Viana e Marivelton Rocha do Nascimento

Diretoria de Assuntos Jurídicos: Nelson Machado Barros e Wilace Miranda Braga Filho

Diretoria do Núcleo de Aposentados: Icleide Pereira dos Santos e Firmino Maciel Neto
Diretoria do Núcleo de Oficiais de Justiça: Janete Elane Sena Belchior e Eusa Maria de Oliveira Braga Fernandes

Diretoria do Núcleo de Agentes De Segurança: Allan Kardec Farias de Oliveira e Carlos Alberto Siqueira dos Santos

Delegados de base Boa Vista/Roraima: Edmilson Marinho de Araújo Junior e Evandro dos Santos Figueira

Conselho Fiscal: Marcus Vinicius dos Santos Prudente, Antônio Carlos Belém Taveira, Janes Almeida Nogueira; Célio Henrique Guerra, Allan Ricardo Moreira Candido, Luiz Gonzaga Cavalcante

Edição: Yndira Assayag - MTB/AM 041

Arte e diagramação: Repercussão Assessoria

Semeando amor

Aposentada do TRT fala do prazer de ajudar quem precisa

“Não distribuimos apenas alimentos, distribuimos amor, solidariedade e esperança”. Assim, Marilene Lyra define o trabalho que faz, há dois anos, no projeto 'Semeadores do amor', que tem como objetivo ajudar moradores de rua vivendo espalhados pelo centro de Manaus. Aposentada pelo TRT 11, onde prestou serviços durante 33 anos, Marilene acredita que boas ações, quando feitas de coração, podem mudar e resgatar vidas.

Ela conta que o projeto iniciou em 2013, com a distribuição de sopa na Manaus Moderna. O nome da ação social foi dado por um morador de rua, que ao receber o alimento disse às idealizadoras do projeto que elas estavam semeando o amor no coração dele.

Atualmente, cerca de 250 moradores de rua são amparados pelo projeto. O atendimento, que antes era feito na rua, agora está sendo realizado no salão paroquial da igreja Nossa Senhora dos Remédios, também no Centro. A aposentada relata que o espaço, cedido pelo padre do templo religioso, oferece a eles a sensação de estarem novamente de volta ao lar e poderem se sentar à mesa com dignidade.

Marilene, que foi convidada por um casal de amigos a participar do 'Semeadores do amor', já conseguiu passar para a filha a importância de compartilhar e estender a mão a quem procura conforto numa palavra amiga, encorajadora e acolhedora. Hoje, as duas trabalham juntas no projeto, que também serviu para despertar o lado mais humano da família.

“Não somos um grupo religioso ou partidário, somos um grupo de humanização. Sei que não iremos conseguir amparar todos os que vivem na rua, mas os que recebem a nossa ajuda têm um pouco mais de amor, dignidade e esperança.

Queremos que eles saibam que existem pessoas que se importam com eles, que querem ajuda-los”, contou Marilene, acrescentando que o 'Semeadores do amor', aos poucos, está introduzindo o banho aos que chegam no local bastante sujos, 'fazendo com que eles se sintam gente como a gente”.



Sobre os resultados, Marilene fala com alegria das conquistas ao longo dos cinco anos de trabalho feito com os moradores de rua na região central. Para ela, cada realização e avanço na vida dos desabrigados é uma satisfação para ambas as partes.

Resultados

“O diferencial do nosso projeto está nos resultados. Alguns dos moradores assistidos por nós conseguiram largar certos vícios como álcool e drogas. Outros foram encaminhados para órgãos competentes. Por meio de conversas, alguns voltaram para casa. Outros foram encaminhados por nós

a cursos profissionalizantes e já estão no mercado de trabalho. Isso é uma realização tanto para eles como para nós”, comenta a aposentada.

Além da alimentação, que hoje não é mais sopa, e sim arroz, macarrão, feijão, picadinho, bolos e frutas, o projeto ajuda os moradores de rua com a doação de roupas, sapatos e materiais de higiene pessoal. Devido à grande demanda de pessoas desamparadas naquela região, os colaboradores foram aumentando e hoje chegam a 30 pessoas que se empenham em dois domingos do mês para ajudar a quem mais precisa.

Por fim, a aposentada destacou que o projeto sobrevive das doações dos próprios diretores que se dividem para comprar os alimentos. Neste momento, o grupo está arrecadando doativos para o projeto 'Natal Solidário', que visa amparar famílias carentes nas datas comemorativas de fim de ano. Entre os objetos que podem ser doados, roupas e alimentos são os itens essenciais para o recomeço das famílias.

“Estamos vivendo um aprendizado e exercitando o amor de Deus. Quando estamos com os moradores de rua, as horas passam rápido, pois é uma atividade prazerosa. Ajudar e amar o seu próximo não tem preço”, finaliza a aposentada.

Quem tiver interesse em colaborar com o projeto pode entrar em contato com a direção pelos telefones 98116-2996/99114-1246.



Atletas mais que motivados para as Olimpíadas

Focados no desejo de trazer para o Amazonas e Roraima novas medalhas, os servidores que participarão das Olimpíadas Trabalhistas em modalidades individuais estão se dedicando ao máximo nos treinos. O treinador da equipe de atletismo, Jorge Alfredo Reina, garante que a preparação dos atletas que irão competir no arremesso, lançamento e salto está a todo vapor e que as chances de conquistarem novas medalhas são grandes. “Na verdade, os nossos treinos nunca pararam. Estamos vivendo semanas intensas de preparação e a tendência é que os treinos fiquem cada vez mais pesados. Nesses últimos meses que antecedem a Olimpíada, o ritmo dos exercícios aumenta ainda mais, tudo apostando nos bons resultados”, explica Reina.

Determinação

Participando mais uma vez das competições, o técnico judiciário Antônio Diniz, 57, afirma que não vai a passeio, e sim para trazer o tão sonhado ouro. Treinando diariamente na Vila Olímpica de Manaus, e também na própria casa, Diniz acredita que a sua determinação e foco serão fatores determinantes para a conquista da medalha. No ano passado, o atleta trouxe para Manaus uma medalha de bronze, conquistada no arremesso de peso, e uma de prata no disco.

“Montei um stand na frente da minha casa, onde treino, às terças e quintas-feiras, o tiro de carabina. No restante da semana, vou para a Vila Olímpica treinar disco e peso. Ainda tenho mais quatro meses para me preparar”, comentou.

Diniz, que participa de outras competições esportivas em modalidade de longas caminhadas, afirma que a sua intenção é estar presente todos os anos na Olimpíada e cada vez mais preparado fisicamente. “Os atletas que participam da competição não estão de brincadeira, são profissionais. Minha intenção é ter disciplina e determinação para



alcançar o mesmo nível”.

Veterano

Disputando a Olimpíada desde 2006, nas categorias ciclismo e tênis de mesa, o técnico judiciário José Maria Batista Valente, 60 anos, compete este ano também no atletismo, com a expectativa de alcançar o lugar mais alto do pódio. Dono de várias medalhas, ele conta que já se prepara para iniciar treinos com ritmos mais pesados.

As atividades acontecem no município de Parintins, onde reside, e são supervisionadas por profissionais de



educação física. José Maria ressalta que, apesar da desvantagem em relação à preparação física de atletas de outros estados, ele acredita que a disputa pelo ouro vai ser de igual para igual.

“Atualmente, os treinos ainda estão moderados, mas a partir de julho, o ritmo vai ficar intenso, com corridas na areia, no asfalto, em bosque e com tiro de velocidade de 400 metros”, contou o veterano.

Além do atletismo, José Maria vai continuar disputando o tênis de mesa, como tem feito nos últimos anos.

Segundo ele, a preparação individual para competir em dois esportes diferentes não atrapalha e muito menos interfere no rendimento.

“Um esporte não tem mais a minha atenção do que o outro. A preparação e a dedicação são a mesma para ambos. Estou me desdobrando”, garantiu.

Sobre o gosto pelo esporte, Zé Maria não esconde o orgulho das medalhas conquistadas em mais de três décadas de competições. “Em 1983, comecei a participar das principais corridas de rua de Manaus e desde então nunca mais parei. O esporte é um estímulo para vida”, disse José Maria, que há 37 anos, faz parte do quadro de funcionários do TRT 11.

Movimentos lutam para revogar a EC95/16

Na prática, ela inviabiliza o serviço público no Brasil. A revisão é necessária e urgente

Diante dos constantes ataques feitos aos direitos sociais pelo governo, federações, sindicatos e associações iniciaram um movimento de luta e enfrentamento para tentar revogar a Emenda Constitucional 95, promulgada em 2016, pelo Congresso Nacional. A medida de ajuste fiscal congela por 20 anos investimentos nos principais setores públicos, afetando diretamente a saúde, educação e a segurança.

De acordo com a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), a EC95/16 coloca sob ataque tudo que é público e, obviamente, os servidores, que se tornam alvos preferenciais. Assim também, o projeto neoliberal não tolera direitos sociais e garantias democráticas. “A EC ameaça o funcionamento das Universidades Federais, as pesquisas, o SUS, enfim todos os setores de serviços públicos. Para todos os servidores e servidoras, incluindo os do Poder Judiciário e MPU, não há perspectivas de negociação salarial, de reposição de colegas aposentados(as), de abertura de concursos públicos que garantam a renovação dos quadros”, conta a coordenadora da Fenajufe, Mara Weber.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), um dos piores impactos provocados pela EC95/16 está relacionado ao poder aquisitivo dos trabalhadores. No caso dos servidores públicos, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que os critérios de aumento dos gastos com pessoal se deem com base na Receita Corrente Líquida (RCL). Já os trabalhadores da iniciativa privada podem vir a ter seus ganhos reais comprometidos. As frentes de lutas afirmaram que o ajuste fiscal penaliza de forma severa a população, levando em consideração os constantes e altos

cortes nos orçamentos das entidades públicas que trabalham com políticas sociais básicas. De acordo com os grupos, após a emenda entrar em vigor, o desemprego, a pobreza e a desigualdade aumentaram no Brasil. Além disso, os movimentos sociais destacam que o sucateamento, o desmanche e a fragmentação dos órgãos, comprometeram a execução de novas políticas públicas que

Fonasefe, Andes-SN, Condsef, Fenajufe, Proifes, Sinasefe e Sindireceita também estiveram reunidas para trabalhar a campanha de valorização do Serviço Público. Na oportunidade, foi visto que nenhum avanço no setor privado e público será feito se a EC95/16 não for brevemente derrubada, pois toda e qualquer pauta dos SPFs passa prioritariamente pela alocação de recursos. Após as reuniões, ficou definido que o primeiro passo no trabalho de combate a emenda é criar uma cartilha detalhando a EC95 e seus efeitos.

“A proposta de cartilha é justamente traduzir para a população os prejuízos da EC 95/18. Essa ação foi aprovada pelo Fonasefe, mas ainda não foi viabilizada e está planejada em conjunto com a campanha de valorização dos Serviços e servidores (as) Públicos. Na última reunião do Fórum, ocorrida no dia 19 de abril, foi apresentada proposta que deve ser fechada agora no mês de maio”, revelou Weber.

A coordenadora ressaltou, ainda, a importância da união e do comprometimento dos servidores nas campanhas de lutas contra a EC95/16. Ela salienta que, assim como as centrais sindicais entendem que a revisão e a queda do ajuste fiscal neoliberal são prioridades para que se possa ter possibilidade de negociação de qualquer outra reivindicação, os servidores também devem estarem engajados nesta luta. “A Fenajufe tem feito ações em conjunto com Fonasefe, mas tem tido bastante dificuldade de empreender uma campanha e mobilização em sua base com a pauta da EC95/16. É preciso combater e ser capaz de dar conta da profundidade do retrocesso que enfrentamos a partir da tomada do poder das forças políticas neoliberais no Brasil”.

**EC95/16
coloca sob
ataque tudo
que é público
e, obviamente,
os servidores,
que se tornam
alvos
preferenciais**

visam amparar de um modo geral as necessidades da população. A previsão é que, caso a EC95/16 não seja revogada, mais da metade dos brasileiros entrarão na linha da pobreza nos próximos anos. Um estudo preparado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos, Oxfam Brasil e Centro para os Direitos Econômicos e Sociais mostra que apenas seis brasileiros têm a mesma riqueza dos 50% mais pobres. Resistência No mês de abril, audiências públicas foram realizadas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, em Brasília, por especialistas em administração e economia que apoiam o fim da EC95/16. As Comissões da Fenajufe,

SitraAM/RR quer devolução de descontos sobre AQ



O SitraAM/RR vai recorrer às instâncias superiores do Poder Judiciário para reaver os descontos feitos, indevidamente, pelo TRT 11, a título de previdência, dos servidores que ganham Adicional de Qualificação (AQ) por ações de treinamento, corresponde a 1% sobre o vencimento básico do servidor a cada 120 horas de curso/treinamento, no limite de 3%.

A direção do sindicato chegou a pedir, em janeiro, por meio de petição administrativa, que o regional reconhecesse o desconto indevido e fizesse a devolução, mas não obteve uma resposta satisfatória.

“Infelizmente, o Tribunal optou pela pior solução, que é aguardar o julgamento de um Recurso Extraordinário que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito do desconto de previdência sobre parcelas não incorporáveis”, informa Luis Cláudio Correa, vice-presidente do sindicato. Ele salientou que, do jeito que as coisas andam no STF, e em tempos de cenário econômico desfavorável, vai demorar uma eternidade para se deliberar sobre o tema.

“Enquanto isso, quem perde são os servidores, mesmo o TRT 11 entendendo que a devolução é correta. Vale dizer que já há decisão, em mandado de segurança no próprio

STF, garantindo a devolução da previdência descontada sobre o adicional de ação de treinamento. Em nosso entendimento foi um erro do TRT 11 que vai nos fazer recorrer à Justiça Federal”, complementou. Para o sindicato, o desconto ocorreu de forma indevida, pois a lei 11416/2006 excetuou o valor do adicional por ações de treinamento do cômputo nos cálculos da aposentadoria e pensões no seu artigo 14. A referida matéria foi regulamentada por portaria conjunta dos tribunais superiores (PC 01/2007), que reforçou o entendimento de que a parcela de adicional de treinamento não integra os proventos de aposentadoria. “Apesar do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) ter regulamentado a matéria em 2017, através da resolução 196, esse já era o entendimento do Poder Judiciário consolidado na portaria conjunta 01. O CSJT fez uma nova portaria apenas para regulamentar o AQ para técnico de nível superior, que não existia na época da edição da portaria conjunta. Ou seja, se aconteceram os descontos, foram indevidos e entendemos que devem ser devolvidos aos servidores”, enfatiza Luis Claudio.

Entenda o caso

A assessoria jurídica do SitraAM/RR

esclarece que o AQ e Adicional de Treinamento (AT) foram instituídos em 2006 e incidem sobre o vencimento do servidor, obedecendo os seguintes percentuais: 12,5% - Doutor; 10% - Mestre; 7,5% - Especialização; 1% a 3% para os servidores com ações de treinamento e 5% para Técnico Judiciário portador de curso superior. A Portaria Conjunta n.1/2007 estabeleceu em seu artigo 16 que, em nenhuma hipótese, o adicional de qualificação, em razão de ações de treinamento, integra, como parcela própria, os proventos de aposentadoria e pensões, ou seja, não incide contribuição previdenciária em parcelas que não incorporam aos proventos de aposentadoria. Sobre esse tema, o STF já se debruçou e decidiu através do Recurso extraordinário 593.068 que não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público. Segundo o Relator do caso, ministro Luís Roberto Barroso, se não há benefício para o segurado no momento da aposentadoria, as parcelas não devem estar sujeita à tributação. “O conjunto normativo é claríssimo no sentido de que a base de cálculo para a incidência da contribuição previdenciária só deve computar os ganhos habituais e os que têm reflexos para aposentadoria”. Ocorre que o TRT11 fez incidir o desconto previdenciário até 30/12/2017, suspendendo somente após a publicação da Resolução 196/2017 do CSJT. E foi diante da recusa da administração em devolver os valores descontados indevidamente que o Sitra-AM/RR resolveu ingressar com ação judicial, fundamentando seu pedido nas diversas jurisprudências existentes, buscando a devolução do montante descontado com juros e correção monetária. A assessoria jurídica do sindicato informa que até o final do mês de maio fará o ajuizamento da ação.

Café dos aposentados faz homenagem às mães



Realizado no dia 11 de maio, o primeiro Café dos Aposentados de 2018 contou com diversos ex-colegas de batente que se reencontraram para mais uma confraternização entre amigos. Desta vez, com um gostinho ainda mais especial, por ter tido um tom de homenagem às mães, por ser o mês delas.

Promovido pelo Sitra-AM/RR, com o apoio do TRT 11, o evento aconteceu no auditório do Fórum Trabalhista de Manaus, e foi animado pelo talento musical do coral 'Vozes do TRT', formado por servidores do regional. Eles exibiram um repertório de músicas com mensagens especiais às mães presentes. Outro toque artístico no evento foi dado pelo servidor de carreira e professor de dança Marcus Vinícius, que brindou a todos com uma bela apresentação. Prestigiado por vários diretores da casa e pela desembargadora presidente, Eleonora Saunier, o café também felicitou os novos aposentados dos anos de 2017 e 2018, que receberam certificados de reconhecimento pelos serviços prestados durante os anos de trabalho no tribunal.

“Eu tenho dito que as melhores palavras são aquelas que brotam do coração e o meu coração fica feliz quando sou convidada para esse café. Eu venho com maior prazer”, disse a presidente do TRT11, enfatizando que faz questão de, quando se aposentar, continuar sendo convidada a participar

do encontro.

O presidente do Sitra-AM/RR, Edmilson Marinho, agradeceu a participação de todos e, em especial, à



diretoria do órgão, pela atenção e parceria com o sindicato em algumas ações. “Quero agradecer a todos pela generosidade. Quando precisamos, estão sempre dispostos a nos atender e ajudar”, comentou, destacando, sobretudo, situações envolvendo problemas de saúde com alguns servidores.

Além de uma mesa farta e atrações artísticas, o café dos aposentados também contou com uma ação especial de saúde, que disponibilizou aos presentes algumas importantes vacinas, como a da gripe, febre amarela e tétano, entre outras. “É muito importante para todos nós, isso mostra que a instituição se preocupa com a gente”, comentou Rosalvo de Magalhães, 70, que se aposentou como analista judiciário. A diretora do núcleo dos aposentados no Sitra-AM/RR, Icleide Pereira dos

Santos, disse estar muito satisfeita com o empenho de todos para a realização do evento e especialmente a desembargadora Eleonora Saunier pelo resgate que fez aos aposentados do regional. “Essa é uma atividade de valorização que muito nos honra, visto ser um reconhecimento pelos anos de dedicação que tivemos à casa”, comentou lembrando outros presidentes que também deram a sua contribuição ao evento, como Dr. David de Mello Júnior, Dra. Solange Moraes e Dra. Luíza Falabella.

Aposentada desde fevereiro de 2018, a servidora Maria de Fátima Gil Batista, 64, foi uma das que recebeu o certificado de reconhecimento e se emocionou durante a homenagem. “É muito bom ser homenageada no local onde você dedicou anos e anos da sua vida. Vou sentir saudades, mas a sensação é de dever cumprido. Só tenho que agradecer a todos”, disse.



Agentes cobram agilidade na votação do PL 3722/12

Foi recomendada pelo Senado a ampliação do debate para evitar que o projeto seja vetado pelo presidente da república

A discussão em volta da liberação do porte de arma funcional e particular para oficiais de justiça, peritos médicos da Previdência, defensores públicos, auditores tributários, avaliadores e agentes de segurança do Poder Judiciário dos estados continua sem avanço. Em abril, o Grupo de Trabalho de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou prioridade para a tramitação da PL 3722/12, que prevê flexibilidade no Estatuto do Desarmamento.

O projeto está pronto desde o início de abril para análise do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, a quem caberá decidir o momento em que o PL entrará na pauta do Plenário para votação.

No entanto, apesar do apelo e do pedido de celeridade para a tramitação do PL, o diretor do núcleo dos agentes de segurança do Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho do Amazonas (Sitra-AM/RR), Allan Kardec, afirmou que o impasse na liberação do porte de armas para os servidores públicos continua e que até o momento não houve nenhum novo debate sobre o assunto. Segundo ele, o prazo de 15 dias para a análise do Projeto de Lei não foi cumprido devido a alguns procedimentos do sistema eleitoral deste ano, que deveriam ser feitos até o início de abril.

“Infelizmente, a bancada não está muito fortalecida. Nosso pedido não está tendo prioridade na Câmara. Estão mais interessados no jogo político, na transição de presidente, senador, deputados estaduais e federais. Estamos com um cenário ainda incerto em relação ao PL 3722/12. A votação não deve acontecer até que se estabeleça um acordo entre os partidos”, comentou Kardec.

O presidente da Federação Sindical dos Oficiais de Justiça do Brasil (Fojebra), Edvaldo dos Santos Lima Júnior, e outros representantes da categoria estiveram reunidos recentemente com o presidente do Senado, Eunício



Oliveira, para defenderem a aprovação do PL e pedirem agilidade no processo de votação.

Na ocasião, os representantes das categorias destacaram que a arma não seria usada de forma ostensiva e sim para defesa pessoal, tendo em vista os diversos casos de assassinatos ocorrido com os profissionais durante o cumprimento de ordens judiciais e mandados de prisão. Além disso, os servidores públicos esclareceram na reunião que a arma só poderá ser utilizada fora do horário de serviço se o servidor comprovar aptidão psicológica e capacidade técnica no manuseio, mediante laudo técnico.

Após esse encontro, o presidente do Senado recomendou a ampliação do debate para evitar que o projeto tenha destino semelhante ao do porte de arma de fogo para agente de trânsito, que foi aprovado no Congresso Nacional, mas vetado pelo ilegítimo presidente da República no ano passado.

Auxílio creche na reta final

Graças ao empenho da direção do SitraAM/RR e esforço de sua assessoria jurídica, está chegando ao fim o processo de devolução do Imposto de Renda cobrado indevidamente sobre o auxílio-creche pago aos servidores do TRT 11 no período de 2005 a 2009.

A execução do processo teve início em 2015, quando as ações foram ajuizadas em grupo de 3 a 6 servidores, totalizando 61 processos. Desse total 307 servidores já receberam seus créditos, restando apenas 36 com pendência de recebimento. Em média os valores dos créditos foram de R\$3 mil.

A ação originária cobrava a suspensão da tributação e a devolução dos valores cobrados nos cinco anos anteriores a 2009, data de ingresso da ação. Naquele ano, a justiça mandou suspender a tributação, mas a devolução dos valores retroativos tramitou até que a ação fosse concluída, em 2015.

Sitra-AM/RR confirma participação na XXII Plenária da Fenajufe

A precarização, o desmonte e os ataques do alto empresariado nacional e do exterior, aos serviços e servidores públicos serão pautas do encontro



O Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho da 11ª (Sitra-AM/RR) se prepara para participar da XXII Plenária Nacional da Fenajufe, que acontece nos dias 2,3,4 e 5 de agosto, na cidade de Salvador-Bahia. A convocatória da federação foi publicada no dia 19 de abril.

Assim como nos anos anteriores, antes da Plenária Nacional, o Sitra-AM/RR convocará os associados dentro do prazo estipulado pela Fenajufe para elegerem em assembleia, o delegado e o observador que representarão a entidade no evento. Os representantes eleitos ficarão, ainda, responsáveis pelas apresentações das propostas que possam contribuir para as discussões. De acordo com o estatuto (?) da Plenária, cada entidade filiada à Fenajufe tem o direito de ser representada por um delegado de sua diretoria, desde que esta convoque Assembleia Geral para a eleição de Delegados de Base. Ainda segundo as normas da federação, o quórum mínimo de presença nas Assembleias Gerais é de 30% dos associados.

Para participar da Plenária Nacional como Delegado ou Observador, é

obrigatória a apresentação da Convocatória, da Ata e da lista de presença da Assembleia Geral, devendo na Ata constar os nomes dos Delegados e Observadores eleitos.

Entre as pautas a serem debatidas na Plenária estão: A precarização e desmonte do PJU e MPU, a campanha salarial e as bandeiras de luta da categoria, análise da conjuntura atual, marcada por ataques do alto empresariado nacional e do exterior, aos serviços e servidores públicos, desmonte do Estado Brasileiro, regimento interno, prestação de contas e moções.

Outras orientações quanto ao calendário de prazos para atualização dados cadastrais junto a Fenajufe, pagamento de inscrição, negociação de pendências financeiras estatutárias com a Coordenação de Administração e Finanças da Fenajufe, eleição, inscrição de delegados e observadores, bem como a divulgação das entidades aptas a participarem da XXII Plenária Nacional e apresentação de propostas de resolução, podem ser obtidas no site da federação: www.fenajufe.org.br.

Quintos

Enquanto não são votados na plenária do Supremo Tribunal Federal (STF) os Embargos de Declaração no Recurso Especial (RE) 638.115, referente aos Quintos, por aqui, o SitraAM/RR segue acompanhando o levantamento que está sendo feito pelo TRT11 sobre quem tem ou não direito ao benefício. No último dia 2 de maio, o presidente do sindicato, Edmilson Marinho, conversou com o presidente da comissão formada no regional para o referido trabalho, e este lhe garantiu que, até o fim do mês, estaria concluído todo o levantamento.

A partir daí, será encaminhado à presidência do TRT11, para que envie ao setor de cálculos e para posterior averbação, após o que deve seguir para os trâmites em Brasília (DF). “Nossa expectativa é de que tenhamos algum resultado até o fim do ano, mas primeiro tem de ocorrer a votação no STF”, comentou o dirigente.

O processo dos embargos está na lista 6 do ministro Gilmar Mendes 9 (que relatará o caso ao colegiado), desde outubro de 2017. Entretanto, para que seja votado, é preciso que haja esgotamento da pauta principal durante o tempo hábil da sessão, o que, até o momento, não ocorreu. Enquanto isso, representantes de diversas entidades ligadas aos servidores, como Fenajufe, se revezam no acompanhamento da pauta no STF. A presença de dirigentes das entidades e servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União (MPU) é fundamental para respaldar o trabalho de articulação que vem sendo desenvolvido, dando continuidade à luta iniciada, ano passado, em defesa da 'segurança jurídica' e da 'coisa julgada'.

Discussões sobre reajustes para 2019 já estão em andamento

O momento é de organizar e unir a categoria, sobretudo para derrotar a EC 95/16, cuja revisão é o item 'número 1' da pauta da campanha salarial

O tempo passa rápido e não dá para brincar quando o assunto é a recomposição salarial dos servidores do Poder Judiciário da União (PJU), por isso, tanto a Fenajufe quanto alguns sindicatos de base já iniciaram as discussões sobre o assunto, especialmente tendo em vista o fim, em janeiro de 2019, das parcelas da reposição parcial das perdas definida em 2015.

“As últimas parcelas serão integralizadas aos nossos contracheques nos próximos meses, mais especificamente em 1º de junho de 2018, 1º de novembro de 2018 e 1º de janeiro de 2019. Depois, não há mais previsão de reposição das perdas acumuladas de lá para cá, e nós sabemos que desvalorização na remuneração da categoria não foi pequena. Daí a necessidade de começarmos a organizar a nova campanha salarial com a maior brevidade possível”, analisa o vice-presidente e articulador político do SitraAM/RR, Luis Cláudio Correa.

Também conforme o dirigente, o momento é propício para tratar da questão devido ao próprio Supremo já ter admitido a defasagem salarial da categoria em relação a carreiras análogas de outros poderes. Conforme ele, a Fenajufe enviou, ainda em fevereiro, para a presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, um ofício solicitando audiência para tratar do assunto e dar início à negociação. Infelizmente, porém, até o presente momento,

nenhum retorno foi dado sobre o documento, em que se argumenta que "o reajuste necessário para repor as perdas acumuladas até outubro de 2017, considerando a inflação desde a Lei 11.416/06 (junho de 2016) e deduzidas as parcelas do reajuste em implementação, é de 52,61%". Outro ponto levantado na mensagem enviada pela Fenajufe ao STF diz respeito à campanha salarial já iniciada pela magistratura, o que torna o momento muito favorável à discussão das demandas do Poder Judiciário da União, de forma conjunta. "Considerando tratar-se de orçamento único para os gastos de pessoal de todo o Poder Judiciário da União, entende-se oportuno e adequado discutir as demandas de forma conjunta, em respeito à isonomia de tratamento às legítimas pautas de cada um dos segmentos e suas representações sindicais e associativas", argumentou a entidade no ofício.

Adversário

“O encaminhamento de ofício solicitando abertura de negociação faz parte de formalidades necessárias. Porém, dificilmente tem algum resultado sem a devida articulação e mobilização da categoria”, comentou a coordenadora da Fenajufe, Mara Weber, segundo a qual “essa mobilização não se efetivou”. Conforme ela, mesmo assim, é importante se pensar numa campanha salarial com planejamento de médio e longo prazo, tendo em vista que o

maior adversário da categoria, hoje, para qualquer abertura de discussão salarial, é a EC 95/16, cuja revisão é o item 'número 1' da pauta da campanha salarial deflagrada pelo Fonasefe e Fonacate.

“O cenário é bem duro. O Ministério do Planejamento já informou para categorias do Executivo que não haverá negociação. Pode haver diálogo, mas não negociação. Não se mostrou aberto sequer para discutir pautas que não envolvam dotação orçamentárias, como elementos de carreira. No nosso caso específico, a Ministra Cármen Lúcia tem mostrado completa indiferença com qualquer relação com a entidade representativa dos servidores. Não há interesse e nem comprometimento da presidenta do STF com o seu quadro funcional”, lamenta Weber.

Ainda segundo avaliação da coordenadora, o momento é de incertezas e apreensão, pois todo o serviço público está sob ataque. Piora nas condições de trabalho, unificação de setores, terceirização na área fim, diminuição de cargos, reestruturações nos órgãos, aumento da alíquota previdenciária, congelamento de salário e até rebaixamento de salário e colocação de servidores(as) em disponibilidade estão no horizonte da categoria.

“Ou enfrentamos e derrotamos o projeto de Estado mínimo ou nossa realidade só vai piorar. Precisamos discutir esse cenário e fazer parte da resistência e combate ao golpe, que estão sendo organizados pelas centrais sindicais, Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, partidos de esquerda e centro-esquerda e movimentos progressistas da sociedade organizada. Não teremos vitórias se ficarmos isolados ou escolhermos o lado errado dessa luta de classes que se escancara no Brasil. Somos trabalhadores e trabalhadoras do setor público e devemos pensar e lutar como classe trabalhadora”.



Deputados mantêm veto ao PL397/15

Sindicatos e federações afirmam que continuarão lutando pela instauração de um mecanismo efetivo de diálogo entre servidor e administração pública



Apesar do veto presidencial, a luta dos servidores pela aprovação do projeto de lei 397/2015, que regulamenta a negociação coletiva no setor público deve continuar. Desde 1988, a categoria vem buscando garantir o direito, por meio da negociação mediada por sindicatos, de tratar com representantes do Estado questões relativas a planos de carreira, padrões remuneratórios, condições de trabalho, aposentadoria, planos de saúde e política de recursos humanos.

No início de abril, a base aliada do governo na Câmara dos Deputados, em Brasília, conseguiu manter o veto do ilegítimo presidente Michel Temer, que alegou inconstitucionalidade no projeto, além de invasão de competência legislativa dos estados e municípios e vício de iniciativa em relação à União, pois não caberia às esferas estabelecerem regra sobre negociação coletiva aplicável aos demais entes federativos.

O autor do PL397/15, senador Antônio Anastasia (PSDB-MG), que teve o apoio na plenária de partidos de oposição para derrubar o veto, como PT e PCdoB, garantiu que não

há inconstitucionalidade no projeto, tendo em vista que os mecanismos de negociação citados no plano são utilizados em diversos países, afim de estabelecer a negociação e terminar com movimentos grevistas.

“Somos mais de 10 milhões e devemos estar atentos para não dar nosso voto a ninguém que não nos representa adequadamente”

Ele ressalta, ainda, que esse tipo de tratado no âmbito do serviço público é recomendado pela Organização Mundial do Trabalho (OIT). Segundo o senador, o resultado das negociações será agora submetido ao Poder Legislativo municipal, estadual ou federal. Representantes sindicais afirmaram que a decisão da Câmara dos

Deputados impediu, naquele momento, o avanço histórico de uma luta que dura pouco mais de 20 anos, afetando diretamente milhões de servidores públicos das esferas municipal, estadual e federal que esperam por essa conquista. Com a confirmação do veto, os movimentos formados em favor da classe alegam que esta etapa não marca a linha final da luta.

“Depois de muita batalha para aprovação do PL 3831, o Congresso Nacional, no dia 3 de abril, manteve o veto integral do presidente Temer. Acredito que essa 'pá de cal' não retirará o ânimo das entidades de classe para continuarem lutando pela instauração de um mecanismo efetivo de diálogo entre servidor e administração pública”, disse a assessora jurídica do Sitra-AM/RR, Auxiliadora Bicharra.

Ainda de acordo com a advogada, a negociação coletiva é o único meio consensual de se dirimir os conflitos existentes entre os servidores públicos e o Poder Executivo, pois evitará greves e desafogará o Poder Judiciário com a redução dos processos, logo a luta pela regulamentação da negociação coletiva continuará.

Já a Condsef/Fenadsef destacou que fará uma campanha ampla para alertar os servidores sobre os deputados que votaram contra o direito à negociação coletiva da categoria e a favor de reformas como a Trabalhista e da Previdência. A entidade salientou que vai levar a todos os estados e a cada município, os 69 nomes dos deputados que mantiveram o veto.

“Somos mais de 10 milhões e devemos estar atentos para não dar nosso voto a ninguém que não nos representa adequadamente”, disse Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da confederação, em matéria publicada sobre o veto no site da entidade.